

# Reservas

**Madalena Rodrigues**

**BRASÍLIA** — Apesar do esforço feito nos últimos meses para acumulação de reservas em moeda estrangeira, uma situação desconfortável na área externa espera pelo presidente eleito, Fernando Collor de Mello. O Banco Central terá em caixa pouco mais que US\$ 7,2 bilhões, mas até março o governo terá acumulado débitos em atraso de aproximadamente US\$ 7,1 bilhões. Isso deixará o país, na verdade, sem reservas líquidas. Entende-se como reserva líquida a diferença entre os recursos disponíveis e o total de dívidas em atraso. O limite de segurança para o país, quando se trata de reservas cambiais, é o equivalente a três meses de importação, ou seja, US\$ 5,7 bilhões, atualmente.

Os débitos estão se acumulando em proporções gigantescas. Os US\$ 4,4 bilhões de atrasos com os bancos privados, registrados até dezembro último, vão se somar outros US\$ 2,5 bilhões de atrasos de juros, lucros e dividendos, que não estão sendo remetidos ao exterior. O crescimento das reservas cambiais tem sido pequeno e a expectativa de que uma maxidesvalorização cambial poderá acontecer proximamente tende a provocar, por parte dos exportadores, a velha tática de adiar o fechamento de contratos de câmbio.

Essas projeções são feitas pelo chefe do Departamento de Pesquisas Econômicas (Depec) do Banco Central, Silvio Rodrigues Alves. Ele assegura, no entanto, que a inexistê-

JORNAL DO BRASIL

# nacionais estão comprometidas

cia de reservas líquidas em março próximo vai configurar uma situação contornável pelo próximo governo. "Não é razoável que os bancos privados achem que vão receber os débitos atrasados só porque mudou o governo. Eles sabem que seria suicídio a quitação dos atrasados, com a queima de reservas", raciocina. Alves considera que o presidente terá a seu favor, no mínimo, o fato de que esses atrasos se acumularam no governo anterior e de que uma nova fase de relacionamento com os credores estrangeiros estará apenas começando.

No Banco Central, há uma preocupação normal com a situação do balanço de pagamentos. A expectativa é de que, ao assumir, Collor encontrará receptividade junto à comunidade financeira internacional para o reescalonamento dos débitos acumulados até sua posse. Até lá, o novo governo certamente terá definido e iniciado a implantação de um plano de ajuste econômico, que lhe daria poder de convencimento bastante para obter o refinanciamento dos débitos.

Algumas contas ainda precisam ser feitas até que o Banco Central tenha uma previsão exata do que o Brasil terá de pagar este ano, do que precisará receber em recursos externos e o que será necessário obter da balança comercial para 1990. Cálculos preliminares indicam que o país precisará repetir um bom desempenho nas exportações, para acumular um saldo comercial próximo a US\$ 15 ou 16 bilhões, semelhante ao do ano passado. É

pouco provável que o país possa contentar-se com os níveis recentes de saldos da balança comercial. O superávit de dezembro último foi de magros US\$ 870 milhões e uma projeção para todo o ano, a partir desse número, indica um modesto saldo comercial de US\$ 10,4 bilhões para o ano, considerado insuficiente.

Os primeiros números projetados pelo Banco Central mostram que, se conseguir realizar um superávit comercial da ordem de US\$ 15 bilhões este ano, ainda assim o governo Collor precisará bater às portas dos bancos para pedir de US\$ 3 a US\$ 4 bilhões emprestados. E terá boas chances de obter esses recursos junto a instituições oficiais de crédito como o Banco Mundial, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), Eximbanks (financiadores de operações de comércio exterior) e até mesmo junto ao FMI, se a nova equipe econômica decidir submeter a essa instituição um programa de ajuste econômico.

À primeira vista, portanto, embora o país tenha uma situação de caixa preocupante, tende a escapar de um trauma cambial graças à determinação de manter, a todo custo, suas reservas em moeda estrangeira. Nesse quadro, será determinante a posição que o presidente eleito assumirá, frente à comunidade financeira internacional, a partir de 15 de março próximo.